

Comumente, em vez de se exigir a justificabilidade da ciência, exige-se “a possibilidade de se examinar intersubjetivamente” seus enunciados. Essa exigência parece ser muito imprecisa, porque, em relação à direção em que devem os enunciados ser examinados, deixa as coisas em aberto mais do que é o caso na breve explicitação do termo “justificável” aqui apresentada, porque desse modo permanece por demais restrita a enunciados e sobretudo porque nesse contexto a expressão “intersubjetivo” mostra-se altamente enganosa. A bem da verdade, o exame é empreendido sempre por “sujeitos” e jamais por um “intersujeito”; intersubjetividade só se estabelece quando os cientistas individualmente intercambiam pela linguagem os resultados de suas reflexões e de seus experimentos. Às vezes a possibilidade de verificação é chamada também de “intersubjetividade”; “nesse caso, consideram-se ‘intersubjetivos’ sobretudo enunciados cuja validade pode ser ajuizada de princípio por todo e qualquer sujeito” (in RITTER 1976, p. 521). Todavia, com isso já estamos fora da realidade do modo como hoje se faz ciência, o qual gera enunciados cuja compreensão já exige uma prévia e elevada formação especializada, e cuja verificação, sobretudo, não é acessível a qualquer pessoa; é por isso que na definição falou-se também de “competentes”, em relação aos quais a ciência possa ser justificada.

A medição feita na “intersubjetividade”, sem a qual nenhum conhecimento é aceito como científico, parece ser mais bem expressa com o postulado de justificabilidade, apresentado na definição de ciência (e isso quer dizer: representatividade diante de companheiros de diálogo com conhecimento especializado). Mas isso não exclui que acontecimentos singulares ou relatos mais precisos sobre eles, como por exemplo fatos históricos, possam tornar-se objeto da ciência; ao contrário, em sentido estrito, a verificabilidade exige que os estados de coisa em questão possam ser repetidos ou possam ocorrer de múltiplos modos em situações análogas; então, a ciência trata apenas das chamadas “realidades gerais” e das leis que as explicitam, e não de ocorrências de fatos singulares (realidades singulares); portanto, de que em determinada temperatura a água congela, e não dessa água em particular.

O fato de na definição empregar-se a expressão “justificável”, e não por exemplo “demonstrável” ou “fundamentável”, pode ser justificado por si mesmo. O próprio Aristóteles já explicitou com clareza que nem tudo pode ser demonstrado, pois assim na demonstração deveríamos ir ao infinito (demonstrar cada premissa da demonstração e assim por diante), ou então, para evitar esse *regressus in infinitum*, deveríamos proceder circularmente, na medida em que procuramos demonstrar uma frase com aquilo que irá ser demonstrado apenas por ela. Com semelhantes reflexões, o “racionalismo crítico” fundamenta suas objeções contra o postulado de que os enunciados científicos podem ser fundamentados; o “racionalismo crítico” é uma corrente da teoria da ciência de hoje, inaugurado por Karl R. Popper (1902-1994); na Alemanha, essa corrente está representada por H. Albert, entre outros, que é de opinião que nem tudo pode ser fundamentado, devido ao fato de que para isso seria preciso ir ao infinito ou então proceder de maneira circular (como já demonstramos no caso da demonstração); ou deveríamos romper o procedimento fundamentador de maneira “dogmática”, ou seja, arbitrária; em vez disso, seria importante formular os enunciados e teorias científicos de tal modo que pudessem ser criticados e ocasionalmente declarados falsos, e nesse caso teriam validade científica até que fossem refutados (129).

Nessa discussão dentro da teoria da ciência, a fim de não tomar simplesmente a decisão por meio da definição de ciência (que então não estaria suficientemente fundamentada ou justificada), em lugar de “fundamentável” preferiu-se a expressão “justificável”, pois pela justificação é possível distinguir dos demais enunciados e configurações cientificamente confiáveis. Que, por exemplo, nem todo e qualquer enunciado pode ser admitido dentro de uma ciência, que, ao contrário, é necessário um critério para a cientificidade dos enunciados, se não quisermos que o significado do conceito “ciência” estenda-se ao infinito, sobre isso todos os teóricos da ciência são unânimes. E a definição feita há pouco sugere como marca distintiva precisamente a possibilidade de justificação a todos os elementos competentes.

Como estabelece a definição, a ciência serviria para angariar e ordenar conhecimentos sobre determinado âmbito de objetos,